

Contra a Democracia, pela Economia

Alan George

As autoridades de Damasco trocaram a abertura democrática pelas reformas económicas. Mas é a ausência de um Estado de direito democrático que está por trás da estagnação económica vivida pela Síria.

O governo sírio tomou medidas no sentido de reprimir o vigoroso movimento que animava a sociedade civil do país, com o argumento de que havia que dar prioridade às reformas económicas. Mas os defensores da liberalização do regime consideram que esta atitude, para além de contraproducente, é errada, uma vez que a ausência de liberdades e de um Estado de direito democrático é uma das mais importantes razões da estagnação económica vivida pela Síria.

Apesar do argumento da importância central das mudanças na economia, a verdade é que as reformas efectivas no campo económico e financeiro têm demorado a surgir. No início do ano corrente, o sistema de câmbios em «quadruplicado» - com taxas de conversão do dólar norte-americano que oscilavam entre as 11 e as 46 libras sírias, consoante os quatro casos previstos - foi substituído pela taxa de conversão única de 1 dólar para 50 libras sírias.

No final de Janeiro de 2001, o governo ratificou o decreto presidencial permitindo, pela primeira vez em décadas, a existência de bancos privados, desde que cidadãos ou instituições sírias detenham um mínimo de 51% do capital. Por outro lado, cada ministério ficou encarregado de elaborar um plano estratégico para a área que tutela, devendo incorporar nele melhorias em termos de métodos de gestão. Uma série de comissões oficiais tem-se reunido para discutir estas questões.

Todavia, as autoridades sírias continuam a afirmar que não existe a ideia de avançar com privatizações. Foram, no entanto, anunciados planos no sentido de que as empresas públicas se tornem independentes em termos administrativos e financeiros.

Como no passado, no entanto, o espaço de manobra do Governo é limitado. Reformas significativos no sector público, que tem um peso dominante na economia, irão significar uma inevitável diminuição no número de postos de trabalho, num país em que oficialmente a taxa de desemprego é de 8%, mas na realidade será bem mais elevada. O executivo sírio tem plena consciência de que despedimentos em massa poderiam desestabilizar a situação.

Muitos sírios consideram que a aposta do poder na economia não resultará. Defendem que avançar no sentido de responder às reivindicações dos movimentos emergentes no seio da sociedade civil é essencial para se obter resultados no campo económico. Segundo eles, separar o campo económico do político é irrealista e constitui uma receita para manter o "statu quo". "Não há dúvida de que a economia é decisiva", afirma Sadiq Jalal al-Azm, o filósofo sírio activo no campo. "Todavia, considero que procurar reformar a economia sem, ao mesmo tempo, proceder às outras alterações que essas mudanças económicas exigem será inútil."

Sadiq Jalal al-Azm cita como exemplo a decisão de permitir a criação de bancos privados. "Isso implica necessariamente a existência de um sistema judiciário

independente. Quando os bancos tiverem problemas entre si, ou com o Governo, se não tiverem um mínimo de confiança na independência dos juízes, eles simplesmente fecharão as portas. Afirmar que se pode criar bancos privados, sem alterar nada ao nível do funcionamento do sistema judicial revela um raciocínio muito simplista e limitado."

A liberalização política da Síria começou há um ano atrás, nos meses que precederam a morte do Presidente Hafiz al-Assad, que governou o país com mão de ferro, a partir de 1970. Inicialmente, tratou-se sobretudo de um certo descomprimir da atmosfera política. As pessoas começaram a exprimir as suas queixas mais livremente. O controlo governamental nos órgãos de imprensa controlados pelo Estado foi ligeiramente aligeirado. As autoridades começaram a levar mais a sério do que nunca a necessidade de efectuar reformas económicas que dessem um maior papel ao sector privado.

A modernização económica foi a tarefa chave de que foi incumbido o novo primeiro-ministro, Mustafa Maru. O processo foi acelerado pela morte do Presidente Assad, em Junho passado, tendo-lhe sucedido o seu filho de 34 anos, Bashar, um oftalmologista formado na Grã-Bretanha, cujas tendências liberalizadoras tinham ficado claras no seu processo de preparação para assumir a presidência.

No seu discurso de tomada de posse, Bashar defendeu uma sociedade mais aberta, embora mantendo também uma atitude de prudência quanto a estas questões. A liberdade de expressão devia ser encorajada, mas sob a forma de "críticas construtivas" em relação às políticas governamentais. Bashar declarou que "temos de ter um modelo de democracia próprio, de acordo com a nossa história e cultura."

Os intelectuais sírios consideraram que o essencial na atitude de Bashar era a sua disposição favorável a uma maior abertura e decidiram aproveitar. Grupos de debate que reuniam em locais privados emergiram por todo o lado na Síria. "Todos os domingos, cerca de 20 intelectuais reuniam-se no meu escritório" recorda Riyad Saif, empresário e deputado, que reclama para o seu grupo a prioridade no início deste movimento. "Nos finais de Agosto, decidimos pedir permissão para fundar uma organização que se designaria `Amigos da Sociedade Civil`".

A reacção oficial foi fria. Recordando um encontro com Abdul Halim Khaddam, o conservador vice-presidente da Síria, Saif afirma: "Ele disse-me: `É uma tentativa de golpe de estado. Vocês estão a tentar destruir o sistema.` Como tínhamos decidido não ocultar o que estávamos a fazer, ficámos muito desapontados." Ele decidiu, então, dar início a um fórum de discussão em casa, com a sua imunidade parlamentar a oferecer alguma salvaguarda em relação à reacção oficial. "Todas as quarta-feiras tínhamos encontro marcado para assistir a uma conferência por um académico proeminente sobre a questão da sociedade civil, que depois era objecto de debate. Vinham entre 200 e 250 pessoas todas as semanas. A partir de Novembro, começaram a surgir outros espaços de debate em Damasco, depois noutras cidades, de tal forma que em Janeiro se tinha tornado uma espécie de moda, com grupos a surgirem praticamente todas as semanas."

Enquanto a imprensa da região e as televisões por satélite em língua árabe davam destaque a estes acontecimentos sem precedentes, na Síria, os meios de comunicação social do Estado mantiveram-se silenciosos. Segundo Saif "não disseram uma palavra sequer. Comportaram-se como se não existíssemos." Ao mesmo tempo que proliferavam estes espaços de debate, surgiram petições a exigir mais liberdade. Em Setembro, as Comissões da Sociedade Civil, um grupo informal de intelectuais, publicou a «Declaração dos 99» (que era o número dos seus subscritores) num jornal no vizinho Líbano. Nela pediam a libertação dos

prisioneiros políticos, a implementação das liberdades cívicas de acordo com a letra da Constituição, e o fim do rigorosíssimo regime excepção em vigor desde 1963, mediante a Lei de Emergência então promulgada, supostamente para permitir ao regime responder à ameaça representada por Israel, mas usada como pretexto para justificar a repressão brutal de toda a forma de dissidência.

Exigências semelhantes foram incorporadas também na «Declaração dos 1000», do início deste ano, e numa carta ao Presidente Assad, de Dezembro de 2000, assinada por 58 advogados sírios que reclamavam um sistema judiciário independente. Ainda que desagradadas com o caminho que as coisas tomavam, as autoridades cederam terreno. Em Novembro, 600 prisioneiros políticos foram libertados. Os meios de comunicação social oficiais caracterizaram-nos como sendo prisioneiros políticos, no que terá sido a primeira admissão pública do regime de que mantinha pessoas presas por razões políticas. A 29 de Janeiro, o Ministro da Informação, Adnan Omran, anunciou que a Lei de Emergência de 1963 seria `suspensa`.

Em Fevereiro, contudo, as autoridades sírias decidiram que tinham sido excessivamente tolerantes. Os organizadores dos grupos de discussão foram obrigados a obter permissão da polícia política para os encontros. Tinham de fornecer-lhes uma lista dos temas em debate e das pessoas que participavam. Deixaram de se reunir.

Entrevistado pelo jornal *Ash Sharq al Awsat*, em Fevereiro, o Presidente Bashar al-Assad atribui o movimento a uma elite sem representatividade e ao serviço dos interesses de potências externas. "As sociedades progridem ao ritmo que lhes é natural", deixando claro que no caso da Síria este seria determinado pelo regime e que a expressão era sinónima de ao "ritmo do caracol".

De acordo com Riyadh Saif, "o movimento pró-democracia cresceu com tal rapidez que escapou ao controlo. Foi por isso que, subitamente, foi tomada a decisão de lhe pôr fim, com a afirmação de que a primeira prioridade devia ser a economia, que era preciso pão antes de liberdade." Na opinião de Riad Saif, "todos estão à espera do próximo passo." E garante que vai prosseguir a sua luta. "Se eles não me prenderem, estou decidido a continuar."

Sadiq Jalal al-Azm, que se jubilou recentemente da cátedra de Filosofia Europeia Moderna e Contemporânea da Universidade de Damasco, declara que, por detrás da ideia de que os problemas da economia devem ter precedência relativamente às reformas políticas e judiciais, está a esperança de que a Síria siga o caminho da China e não o conturbado processo soviético de entrada na economia de mercado.

Defende, no entanto, que a Síria não é a China. "Em primeiro lugar, não é verdade que os chineses estejam simplesmente a fazer mudanças ao nível da economia, e não nos outros níveis. Toda a equipa dirigente chinesa mudou, enquanto na Síria os mesmos permanecem no poder. A Velha Guarda continua agarrada ao lugar."

Na China, por outro lado, a economia tem crescido aceleradamente, o que tem permitido ao poder adiar a implementação de um sistema de liberdades democráticas. De acordo com al-Azm "quando as pessoas sentem que estão a progredir, que estão a prosperar, que as oportunidades abundam, engolem o que lhes pedem, aceitam o compromisso: `nós pomos a economia a funcionar, e vocês não levantam ondas quanto ao resto.` Todavia, isto não é de todo pertinente quanto à Síria. Não há uma economia florescente que permita comprar a passividade do povo quanto à necessidade de reformas políticas, sociais e judiciais."

Seria um grande erro da parte do Governo, avisa al-Azm, ignorar o movimento no seio da sociedade civil com o argumento de que ele não envolve mais do que alguns milhares de intelectuais, que constituem uma pequena minoria numa população total de 16 milhões de habitantes. Os intelectuais podem expressar os seus pontos de vista de forma mais elaborada do que o homem da rua, todavia, esses pontos de vista são partilhados por pessoas de todos os níveis da sociedade síria. "Veja o caso dos países do Leste europeu. Eles trataram os seus intelectuais como lixo, e eles acabaram por se revelar uma vanguarda."